

# DESVENDANDO O SETOR INFORMAL: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

---

*João Batista Pamplona<sup>1</sup> / Maria do Carmo Romeiro<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo registrar e analisar detalhadamente as etapas do planejamento de pesquisa de campo inédita sobre a economia informal, em uma das mais importantes regiões brasileiras: o Grande ABC Paulista. Esta pesquisa de campo constitui-se em parte de um conjunto de instrumentos que irá permitir a elaboração de plano estratégico de desenvolvimento regional. Patrocinada pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), a pesquisa deverá ser usada como referência para outras experiências internacionais de desenvolvimento econômico local.

*Palavras-chave:* Desenvolvimento Econômico Regional; Economia Informal; Pesquisa Econômica; ABC Paulista.

## ABSTRACT

This article aims at presenting and analysing in detail the steps of planning of the new field research on the informal economy in one of the most important regions in Brazil: The Great ABC area, state of São Paulo. Such research consists of a part of a set of instruments which will allow for the elaboration of a Regional Development Strategic Plan. Sponsored by UN-Habitat, the research must be used as a reference for other international practices of local economic development.

*Key-words:* Regional economic development; informal economy; ABC area, State of Sao Paulo.

- 
1. Professor Doutor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, e-mail: pamplona@pucsp.br.
  2. Professora do Departamento de Economia do IMES - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul e Coordenadora do Instituto de Pesquisas, e-mail: inpes@imes.edu.br.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é registrar e analisar em detalhes as etapas percorridas durante o planejamento de pesquisa de campo sobre a economia informal em uma das mais importantes regiões brasileiras: O Grande ABC Paulista. Nossa intenção é auxiliar a preparação de outras pesquisas (em diferentes regiões) que tenham também como principal propósito **compreender em profundidade o funcionamento das unidades produtivas informais** para que **medidas de fomento econômico** ao setor possam ser realizadas de forma mais pertinente.

As significativas transformações pelas quais passou a economia brasileira na década de 90 afetaram diretamente a economia da Região do Grande ABC Paulista. O mercado de trabalho na região sofreu mudanças substanciais neste período: foram eliminados 120 mil postos de trabalho na indústria ao longo dos anos 90, reduziu-se a qualidade do emprego e explodiu o desemprego. Nesse período 100 mil pessoas foram incorporadas ao setor informal da região. Estas transformações, por sua vez, estão correlacionadas com o processo de mudança econômica de caráter mais geral, que tem afetado diferentes regiões em diferentes países.

A necessidade de conhecer a profundidade das alterações provocadas por esses acontecimentos exigiu a adoção de um processo sistematizado de estudos que possibilitasse a elaboração de um diagnóstico da economia do Grande ABC Paulista. Esse processo constitui-se em uma unidade geradora de informações para a elaboração de plano estratégico de desenvolvimento para a economia da Região, dentro do qual se insere o diagnóstico do setor informal, no âmbito dos trabalhos da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC.

A riqueza dos acontecimentos regionais sensibilizou o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), no sentido de conceder patrocínio ao estudo do setor informal na Região para, dessa iniciativa, extrair procedimentos metodológicos que pudessem ser repassados para outras áreas, inclusive para outros países.

Diante da atualidade e relevância do tema e do objetivo proposto, nosso texto divide-se em quatro partes. A primeira procura, a partir de uma sintética discussão acerca dos diferentes conceitos do setor informal, estabelecer um marco conceitual que norteie a pesquisa. A segunda parte apresenta, de forma breve, outras experiên-

cias selecionadas de pesquisas sobre o setor informal no Brasil que contribuíram de alguma maneira para a elaboração da pesquisa no ABC Paulista. A terceira parte do texto trata de caracterizar, ainda que sucintamente, a economia regional, especialmente os desdobramentos recentes do seu setor informal. A quarta parte, foco do texto, relata detalhadamente a etapa de planejamento da pesquisa da economia informal do ABC Paulista.

## 1. MARCO CONCEITUAL

A natureza complexa do setor informal torna seu conceito motivo de **grande controvérsia técnica e acadêmica**.<sup>3</sup> Simplificando as coisas, é possível identificar duas formas básicas e distintas de conceituar o setor informal.

Uma delas identifica o setor como um conjunto de atividades produtivas realizadas fora da lei (**critério da ilegalidade**). Para De Soto (1987), principal representante de matiz neoliberal da “abordagem legalista do setor informal”,<sup>4</sup> a economia informal, também chamada neste enfoque de economia subterrânea,<sup>4</sup> seria um conjunto de **atividades econômicas não-registradas, não-declaradas ao Estado, extraleais**, porém socialmente lícitas. Neste conceito não são considerados fatores de natureza tecnológica,<sup>5</sup> nem tamanho das unidades produtivas, nem interações com os mercados.

3. Acerca da extensa controvérsia em torno do conceito de informal, ver Pamplona (2001, cap. 3).

4. A idéia de economia subterrânea – invisível, oculta, submersa – foi originada nos países desenvolvidos (segundo Tokman, 1987, p. 529, principalmente da Europa Ocidental) e está associada a atividades econômicas que não cumprem regras fiscais, legais, sanitárias, urbanas e que não sejam socialmente condenáveis (prostituição, tráfico de drogas, etc.). Nos países em desenvolvimento, especialmente em função do enfoque neoliberal, ela também se apresenta como “economia informal” (ver Yamada, 1996). Cacciamali (1991, p. 131) acredita que a economia informal (diferenciada a partir da “forma de organização da produção”) e a economia subterrânea (diferenciada a partir da “ilegalidade”) representam dois fenômenos diversos e suas denominações devem permanecer separadas. Economia informal é um conjunto de atividades que operam com base no trabalho do proprietário dos meios de produção com a ajuda da família e/ou de alguns auxiliares e economia subterrânea é um conjunto de atividades socialmente aceitas, mas ilegais. Para Cacciamali (1991, p. 133), os assalariados sem carteira assinada estariam na economia formal, mas submersa; enquanto trabalhadores por conta própria perfeitamente legalizados estariam na economia informal, mas registrada (não submersa). No entanto, a autora admite que há grande sobreposição entre os fenômenos. As atividades econômicas informais tendem muito mais “à submersão” que as atividades econômicas formais.

5. No critério da “ilegalidade”, um vendedor de dólares no mercado negro, um profissional liberal que não paga corretamente seus tributos, ou uma grande empresa que funciona sem patente, seriam todos informais. Mas um pequeno comerciante que toca seu negócio com o auxílio de sua família e cumpre as exigências legais não seria informal.

A outra forma básica de conceituar o setor informal considera-o como o conjunto de unidades de produção não tipicamente capitalistas (**critério da forma de organização da produção**).<sup>6</sup> É esta forma de conceituar as atividades econômicas informais que norteia este trabalho. Para nós, a forma de organizar a produção define o setor informal. Sendo assim, são informais os trabalhadores das **unidades de produção não tipicamente capitalistas** no interior do capitalismo. O conjunto destas unidades de produção compõe a economia informal. Nelas há **reduzida ou nenhuma separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção** (o **proprietário trabalha diretamente** na produção com a ajuda freqüente de familiares e, em alguns casos, com poucos assalariados). O trabalho assalariado não constitui a base do funcionamento destas unidades. As unidades produtivas informais não são plenamente capitalistas também porque a **taxa de lucro não é a variável chave** de seu funcionamento e **sim o rendimento total de seu dono**. A prioridade é a manutenção da família, para só depois vir a manutenção do negócio ou a preocupação com “retornos de investimento”. O principal objetivo destas unidades é criar emprego e renda para os envolvidos. Via de regra, não há acumulação. Quando isto ocorre, ela pode deixar de ser informal. As unidades produtivas informais são de **pequena escala**, com certo predomínio de unidades unipessoais. O nível tecnológico e a relação capital / trabalho tendem a ser baixos; o **processo tecnológico tende a ser simples**; o progresso técnico é lento; a tecnologia é intensiva em trabalho; há limitada divisão do trabalho. As unidades informais atuam normalmente

6. A conceituação do “informal” a partir da “forma de organização da produção” foi desenvolvida e adotada por autores como Tokman (1987); Souza (1980 1981); Cacciamali (1983, 1989, 1991). A OIT (Organização Internacional do Trabalho), na sua 15<sup>a</sup> Conferência Internacional das Estatísticas do Trabalho, adotou também o critério da “forma de organização da produção”. Para a OIT (1993), o setor informal pode ser descrito de uma forma genérica como um conjunto de unidades que produzem bens e serviços *tendo em vista principalmente criar emprego e renda para as pessoas envolvidas* (são excluídas unidades que produzem apenas para autoconsumo). Estas unidades têm um *débil nível de organização, operando em pequena escala com pouca ou nenhuma divisão entre capital e trabalho como fatores de produção*. As unidades de produção do setor informal apresentam características particulares das empresas individuais. Os ativos imobilizados não pertencem à unidade de produção, mas a seus proprietários. As despesas de produção são indiferenciadas das do domicílio. *As atividades não são necessariamente realizadas com a intenção deliberada de não pagar impostos* ou cotas da Previdência Social ou de não cumprir a legislação trabalhista ou outras regulamentações. Assim, o conceito de informal deve ser diferenciado das atividades subterrâneas ou ocultas da economia. *As relações de emprego* aquelas existentes são *sobretudo fundadas no emprego ocasional, no parentesco, em relações pessoais ou sociais* e não em acordos contratuais que fixem garantias. O critério de definição aqui é a forma de organização da produção, o funcionamento da unidade econômica, e não seu status legal. Este último critério (legalidade), para a OIT não apresenta uma clara base conceitual, ou seja, não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levar a resistência junto aos informantes. No Brasil, a partir desta conceituação, o IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizou a ECINF 97 (Pesquisa da Economia Informal de 1997).

em **mercados competitivos** ou na “base da pirâmide da oferta de mercados do tipo oligopólio”, onde há facilidade de entrada.

“A **economia informal não é um eufemismo para pobreza**” (embora a maioria dos engajados nela tenda a ser pobre). O informal pode ser tanto “espaço de sobrevivência” quanto de “ascensão social”. Na verdade, a **imensa heterogeneidade** marca o informal. As pessoas que participam da economia informal não têm igual acesso aos mercados nem as mesmas dotações de capital técnico e humano. Há grandes diferenças de renda, perfil ocupacional, condições de trabalho. Há trabalhadores no setor informal por escolha e trabalhadores no setor informal por falta de melhor opção.

A economia informal é **subordinada** (no sentido de ser vinculada e não necessariamente explorada) pelo núcleo capitalista (economia formal), no sentido de ter seu crescimento determinado pela dinâmica deste. A produção informal ocupa os interstícios da produção capitalista. Tem funcionalidade ao capital, mas não de forma mecânica, uniforme e necessária. Há casos de simples ocupação dos interstícios por uma força de trabalho que já não representa “exército industrial de reserva”.

As relações da economia informal com a formal (ex.: vínculos de subcontratação) permitem perceber que muitas vezes o que se vê são relações de produção estruturando-se na forma de um *continuum* e não de uma forma bipolar formal / informal. No entanto, se há uma **clivagem** entre formal e informal ela é **econômica e social (estrutural) e não legal**. A ilegalidade é uma consequência e não uma causa da economia informal. As unidades informais não são necessariamente criadas para não pagar impostos ou não recolher a contribuição previdenciária. Elas são unidades que podem ter real dificuldade para cumprir as normas, já que seu excedente não seria suficiente para isso sem ameaçar sua própria sobrevivência. A clivagem legal é própria da diferença entre “economia regular” e “economia subterrânea”. Ainda que se sobreponham com frequência, “economia informal” e “economia subterrânea” são fenômenos distintos.

As situações ocupacionais que conformam o setor informal ou a economia informal são os **conta própria**, os **pequenos empregadores** (até cinco empregados – corte mais comum na literatura) e os **seus trabalhadores** (familiares, aprendizes e assalariados). Devem também ser incluídos aqui os **trabalhadores assalariados domésticos**, já que estão empregados numa unidade não econômica, não capitalista, que é a família.

O setor informal representa uma forma de produzir caracterizada fundamentalmente pela existência do auto-emprego.<sup>7</sup> A unidade produtiva informal funciona para fundamentalmente garantir um emprego, e obviamente uma renda, para seu proprietário, que nela trabalhará diretamente e controlará seu próprio processo de trabalho. Valorizar o capital não é o principal objetivo. O negócio informal é antes de tudo uma forma de criar o próprio emprego do seu proprietário.

## 2. BREVE APRESENTAÇÃO DE INVESTIGAÇÕES SELECIONADAS SOBRE O SETOR INFORMAL

A construção do conhecimento sobre o setor informal, de forma sistematizada, ganhou corpo principalmente na década de 90. Antes disso, a partir da década de 70, o tratamento dado ao setor informal, particularmente, a definição de políticas e programas, baseou-se em dados extraídos de levantamentos realizados com propósitos não exclusivos para estudo do setor informal, ou seja, em percepções distanciadas de uma base de pesquisa empírica específica.

Procurando superar esse problema, a pesquisa piloto conduzida pelo IBGE, numa área urbana selecionada, em 1994, e ampliada para outras áreas urbanas, no nível nacional, no ano de 1997,<sup>8</sup> tornou aparente uma parte da realidade do setor informal. Neste sentido, a parceria entre uma agência de estudos no âmbito social e econômico e uma agência de fomento ao micro/pequeno negócio (IBASE-SEBRAE)<sup>9</sup> também possibilitou a investigação de uma parcela do setor informal, ou seja, aquela formada por unidades produtivas com ausência de registros junto a órgãos oficiais das diferentes esferas de governo.

7. O auto-emprego é uma situação de trabalho na qual o trabalhador independente controla seu processo de trabalho; fornece a si próprio seu equipamento, o que permite que o proprietário dos meios de produção participe diretamente da atividade produtiva; sua renda não é previamente definida; seu objetivo primordial é prover seu próprio emprego (meio de subsistência) e não valorizar seu capital (acumulação de capital) (Pamplona, 2001, p. 78).

8. O estudo piloto foi realizado no município do Rio de Janeiro, em 1994, e sua ampliação deu-se mediante a pesquisa amostral domiciliar em áreas urbanas do Brasil, em 1997. A ECINF97 foi uma pesquisa amostral domiciliar que abrangeu todos os domicílios situados em áreas urbanas. Para delimitar seu universo, a pesquisa adotou na operacionalização estatística do conceito de setor informal, a seguinte definição: "*decidiu-se que pertence ao informal todas (grifo nosso) as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até 5 empregados, moradores de áreas urbanas (grifo nosso), sejam elas atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias*" (IBGE, 1999, p. 2).

9. A pesquisa "Mercado Informal: Conhecer e atuar", realizada no Rio de Janeiro, é classificada como estudo preliminar para a construção de bases mais seguras para a ampliação do universo de investigação e maior aprofundamento do tema em pesquisas posteriores. (IBASE-SEBRAE, 1997, p. 7)

Registre-se outra iniciativa isolada, conduzida pela administração municipal de Diadema, cidade da Região do Grande ABC Paulista, realizada no ano de 1995, que pesquisou o setor informal, sob o conceito de atividades estabelecidas não registradas em qualquer esfera de governo. O estudo estava inserido no levantamento censitário das unidades produtivas estabelecidas em atividade no município e serviu para subsidiar ações estimuladoras da regularização das atividades não registradas, bem como para definir programas de apoio a essas atividades, diante das suas dificuldades, necessidades e expectativas apuradas no levantamento.<sup>10</sup>

### 3. O ABC PAULISTA E O CRESCIMENTO DO SETOR INFORMAL

Núcleo da industrialização brasileira,<sup>11</sup> o Grande ABC é uma região composta de sete municípios (São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra) que somados possuíam 2,35 milhões de habitantes em 2000. Região eminentemente industrial que abriga os seguintes pólos do setor: automotivo, químico, de máquinas e equipamentos, de plásticos e borracha. O PIB industrial do Grande ABC, de cerca de 10 bilhões de dólares, corresponde a aproximadamente 14% do PIB industrial do Estado de São Paulo e a aproximadamente 7% do PIB industrial brasileiro. A atividade da indústria no ABC é equivalente à do Rio Grande do Sul (quarto estado industrial brasileiro). Os sete municípios do ABC fazem parte da Região Metropolitana de São Paulo.<sup>12</sup>

10. O levantamento censitário patrocinado pela Prefeitura do Município de Diadema foi contratado junto ao IMES, que desenvolveu metodologia específica para a realização do Censo Econômico Municipal. O trabalho foi realizado em duas etapas. A primeira concentrou-se no arrolamento de todas as quadras da cidade para cadastramento das unidades estabelecidas, identificadas visualmente. Essa primeira etapa teve entre os seus resultados a formação do cadastro das unidades informais estabelecidas, que deu base para a aplicação pessoal de questionário – versão completa – na segunda etapa.

11. A Região do Grande ABC é um espaço industrial importante desde o início do século XX. Beneficiada pela Estrada de Ferro Santos-Jundiaí – dada sua localização estratégica entre a Cidade de São Paulo e o Porto de Santos, a Região viu sua indústria prosperar. No entanto, foi a partir da metade dos anos de 1950 que o Grande ABC assume as feições de centro industrial de destacada dimensão. Neste período, estabeleceram-se na região grandes empresas multinacionais produtoras de veículos automotores e autopeças. Uma década depois, instalou-se na região o Pólo Petroquímico de Capuava, que seria mais tarde núcleo de um robusto complexo químico. É importante destacar também que no final dos anos de 1970, o Grande ABC foi berço de uma importantíssima transformação no movimento sindical brasileiro. Surgiu o chamado “Novo Sindicalismo”, que criou novas formas de luta sindical, deu autonomia aos sindicatos e pressionou pela redemocratização do país.

12. A Região Metropolitana de São Paulo é a maior região metropolitana brasileira, possui 39 municípios, que totalizam cerca de 18 milhões de habitantes. Tem como núcleo o município de São Paulo (Cidade de São Paulo) com cerca de 10 milhões de habitantes.

O Grande ABC Paulista foi profundamente afetado pelas intensas transformações no setor industrial brasileiro nos anos 90.<sup>13</sup> As mudanças no mercado de trabalho regional foram dramáticas neste período. Estimativas por nós realizadas, com base na PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação Seade e do DIEESE), indicam que, ao longo dos anos 90, a indústria do ABC eliminou cerca de 120 mil postos de trabalho. Essa brutal queda da ocupação industrial fez explodir o desemprego e reduzir a qualidade do emprego.

Associado a estes eventos, houve um processo de informalização do mercado de trabalho da Região do ABC sem precedentes, após sua industrialização. Nos últimos dez anos, o Grande ABC incorporou ao setor informal mais de 100 mil pessoas. Neste período a ocupação total no ABC cresceu apenas 12%, enquanto a ocupação no setor informal no ABC cresceu 56% (Pamplona, 2000, p. 1).

No biênio 1998-1999, o setor informal no Grande ABC<sup>14</sup> possuía 295 mil pessoas ocupadas, o que representava 32% do total de ocupados. Este setor estava composto por autônomos (55%), assalariados (21%), empregadores e donos de negócio familiar (18%) e por trabalhadores familiares (7%). No setor de serviços estava a maioria destes trabalhadores informais (59%). No setor de comércio estavam 28% e no setor industrial apenas 9%. Dito de outra forma, 87% do informal estavam no ramo terciário da economia regional.

Na comparação do perfil pessoal e ocupacional dos trabalhadores do informal no ABC com os respectivos perfis do total de ocupados desta região, constatamos que os trabalhadores informais na média tendiam a ser homens, a ser mais velhos, a ser menos chefes de domicílios (ou a ter igual posição familiar), a ter escolaridade inferior, a ter renda menor, a ter jornada de trabalho maior, a ter

13. Na década de 1990 o setor industrial brasileiro sofreu profundas mudanças. A forte abertura comercial, a desregulação da economia, a sobrevalorização cambial, as elevadas taxas de juros, a estagnação do PIB per capita, a influência da revolução da informática e a existência de novas técnicas organizacionais reestruturaram nossa indústria.

14. Os dados a seguir foram extraídos de Pamplona (2000). Este trabalho usou como fonte tabulações especiais da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), que é uma pesquisa sobre o mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, realizada mensalmente pela Fundação Seade. Foram considerados componentes do setor informal no ABC os seguintes grupos de trabalhadores autônomos (ou conta própria); assalariados em empresas com até cinco empregados; empregadores com até 5 empregados e donos de negócio familiar; e trabalhadores familiares. Por meio dos dados já existentes da PED foi possível avaliar a dimensão, a evolução, composição e estrutura do setor informal na região, bem como analisar e traçar o perfil dos trabalhadores informais. Não foi possível, porém, conhecer o "funcionamento das unidades produtivas informais". Para isto foi necessário ir a campo, o que deu origem à pesquisa primária inédita que aqui apresentamos.



menor estabilidade de trabalho, a não contribuir para a Previdência. Isto obviamente reflete, na média, uma situação mais precária do informal no mercado de trabalho regional.

Entre os grupos de trabalhadores informais que mais cresceram na década no ABC deve-se destacar o desempenho dos “empregadores e donos de negócio familiar” (aumentaram seu número em 73% entre os biênios de 1988-1989 e 1998-1999). Os empregadores e donos de negócio familiar tendiam a ter um perfil bastante diferenciado da média dos trabalhadores do setor informal. Eles eram mais do sexo masculino, eram mais velhos, tinham maior escolaridade e eram mais chefes de domicílio. Eles tendiam a ter renda bastante superior e maior estabilidade no trabalho. É importante afirmar que longas jornadas de trabalho e ausência de contribuição previdenciária caracterizavam todos os grupos do informal no ABC, inclusive os empregadores e donos de negócio familiar, quando comparados ao total de ocupados.

#### **4. A EXPERIÊNCIA DE CONCEBER E EXECUTAR UMA PESQUISA PRIMÁRIA SOBRE O SETOR INFORMAL**

A experiência aqui retratada diferencia-se das anteriores, embora as tenha como rica fonte de aprendizado, por sua vinculação ao interesse prático de utilização de seus resultados para subsidiar ações de fomento às unidades informais, numa região altamente industrializada, o Grande ABC Paulista. Essa característica ampliou a complexidade do estudo, em relação aos anteriormente citados, à medida que pressupõe a necessidade de conhecimento do setor informal e a identificação das suas relações de vínculo com um setor formal regional economicamente diversificado e que vem passando por profundas transformações, conforme comentado anteriormente.

Assim, o diagnóstico do setor informal, com descrição do funcionamento das unidades produtivas nele presentes, visa a geração de conhecimento que dê suporte ao delineamento de ações de fomento a estas unidades, dentro de um objetivo maior de desenvolvimento regional. Nesse sentido, é primordial a obtenção de um conjunto de dados do setor informal que possibilite um melhor entendimento de sua estrutura, dificuldades, necessidades, entre outros, a fim de nortear a definição de políticas de intervenção que assegurem o desenvolvimento do setor integrado a um plano de desenvolvimento da Região do Grande ABC Paulista.

Esse objetivo geral impôs a realização de um recorte no setor informal, de modo a excluir do universo para estudo as categorias dissociadas do objeto de fomento. Esse recorte agrega a utilização de sete “filtros” no desenho do público-alvo da pesquisa, conforme detalhado no tópico a seguir.

#### **4.1 - Delineamento do público-alvo do estudo a partir da identificação dos “filtros” de seleção dos casos de interesse**

##### ***Filtro 1: Ocupação no setor informal***

Embora o setor informal seja definido como o conjunto de **todos os trabalhadores das unidades de produção não tipicamente capitalistas no interior do capitalismo** (trabalhadores domésticos, conta própria, proprietários de pequenos negócios com até cinco empregados, os donos de negócio familiar, os ajudantes e empregados em unidades produtivas informais), deixam de integrar a parcela de abordagem direta pela pesquisa, as categorias trabalhadores domésticos; assalariados em unidades produtivas informais; trabalhadores familiares que exercem atividade econômica em negócio ou trabalho de parentes sem receber uma remuneração permanente; e trabalhadores com contrato formal de autônomo exclusivo de uma empresa formal ou informal.

O corte dessas categorias do setor informal está associado à premissa de que esses trabalhadores não seriam responsáveis pela organização de seu trabalho, responderiam a regras e condições de trabalho estabelecidas por terceiros. Haveria, portanto, reduzida ou nenhuma autonomia para alterações da unidade produtiva, a não ser aquelas autorizadas pelos responsáveis pela organização de seus trabalhos e, assim sendo, não seriam alvos para o recebimento direto de ações de fomento. No entanto, as três últimas categorias serão estudadas, ainda que minimamente, de forma indireta, ou seja, a partir do levantamento de variáveis identificadoras da parcela de empregados ou trabalhadores familiares informais nas unidades produtivas empregadoras.

Portanto, fazem parte da parcela do setor informal em estudo as seguintes categorias ocupacionais:

**Quadro 1**

Categorias ocupacionais da parcela informal em estudo

**EMPREGADOR:** proprietário de um negócio e/ou empresa, ou que exerce uma profissão ou ofício e **tem pelo menos um empregado** remunerado contratado de forma permanente (não somente para períodos de pico de trabalho).

**DONO DE NEGÓCIO FAMILIAR:** proprietário de um negócio e/ou empresa, que nunca trabalha sozinho, mas utiliza mão-de-obra de familiares/parentes, **sem pagamento de salário.**

Pode ocorrer o pagamento de mesada ou ajuda de custo para familiares /parentes, desde que sem regularidade (data e quantia determinadas).

Se tiver parentes trabalhando sem remuneração, mas também tiver uma ou mais pessoas que recebam salário de forma permanente deve ser (re) classificado como empregador.

**AUTÔNOMO PROFISSIONAL LIBERAL (não exclusivo de uma empresa específica):** pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício e que presta seu serviço diretamente para o consumidor ou empresas. **Tem curso superior e presta serviço exatamente na área de seu curso superior.** Tem autonomia para determinar seu horário de trabalho, forma de trabalhar, pode ter sócios ou pode ter ajudantes em período de maior volume de trabalho.

**AUTÔNOMO NÃO-PROFISSIONAL LIBERAL (não exclusivo de uma empresa específica):** pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício e que presta seu serviço diretamente para o consumidor ou empresas. Se tiver curso superior, presta serviço fora da área de seu curso superior. Tem autonomia para determinar seu horário de trabalho, forma de trabalhar, pode ter sócios ou pode ter ajudantes em período de maior volume de trabalho.

***Filtro 2: Residência na Região do Grande ABC***

Considerando que a pesquisa está orientada para obter informações que subsidiem ações de fomento econômico na Região do Grande ABC Paulista e que a unidade produtiva informal confunde-se com a figura de seu proprietário, torna-se impositiva a seleção de proprietários do setor informal residentes na Região. Esse procedimento confere ao processo de composição do público-alvo da pesquisa a garantia de vínculo da unidade produtiva com a Região, o qual é necessário às ações de fomento.

***Filtro 3: Unidades produtivas instaladas na Região de interesse***

Esse filtro somente se aplica às unidades produtivas estabelecidas e sua fixação complementa a situação anterior. Assim, considerou-se que, entre os integrantes do setor informal residentes na região, somente se ajustariam a ações de fomento

econômico, no âmbito do desenvolvimento regional, as unidades estabelecidas na própria Região.

***Filtro 4: Número de empregados da unidade produtiva  
[corte exclusivo do grupo empregador]***

A adoção de corte para a variável número de empregados está vinculada ao próprio conceito de setor informal. Assim, sua definição como “unidade produtiva não tipicamente capitalista” induz ao reconhecimento de que essas sejam de tamanho pequeno. A concretização dessa característica se efetivou, por convenção, mediante o corte em até cinco empregados que trabalhassem na unidade empregadora e que recebessem salário de forma permanente, registrados ou não.

Ainda que críticas possam ser feitas à adoção desse procedimento, tornam-se aparentes pelo menos dois benefícios: a) a diminuição do grau de heterogeneidade do grupo de unidades produtivas empregadoras; b) a geração de sinergia no processo de criação de conhecimento sobre o setor informal, em virtude da possibilidade de comparação dos resultados desse estudo com outros trabalhos já realizados.

Portanto, a unidade produtiva com até cinco empregados será tomada como integrante do setor informal e, conseqüentemente, acima desse limite a unidade será classificada como formal, não integrando o público de interesse para estudo. A totalização do número de empregados deve considerar todas as unidades de operação da atividade (incluindo filiais no caso de atividades estabelecidas).

Embora, por definição, não se tenha incluído no total de empregados as pessoas contratadas como autônomas, mesmo que trabalhando exclusivamente para o empregador, é oportuno registrar a prática, cada vez mais presente nas unidades produtivas, da externalização ou terceirização da força de trabalho. Diante disso, o risco que se corre por não computar o trabalhador ligado a uma empresa específica com vínculo de trabalho expressamente formalizado em contrato de autônomo é incluir unidades produtivas com maior número de pessoas ocupadas e que, por vezes, aproximam-se da forma tipicamente capitalista de organização da produção.

A contratação de pessoal com vínculo formalizado em contrato de autônomo parece ser uma tendência no Brasil, objetivando minimizar a incidência dos encargos sociais na estrutura de custos das unidades empregadoras.

### ***Filtros 5, 6 e 7: Receita total, constituição jurídica da atividade e classe de atividade***

Esses últimos filtros complementam o anterior no sentido de retirar do público do estudo aquelas unidades produtivas que movimentam grandes cifras, mas que ocupam pequena parcela de empregados. Assim, orientados por trabalhos anteriores, os cortes referem-se à limitação do montante da receita total, no ano-calendário anterior ao levantamento, em 12 milhões de reais (**filtro 5**), bem como à exclusão de atividades constituídas juridicamente como sociedades por ações de capital aberto ou fechado (**filtro 6**), das instituições financeiras e das unidades estabelecidas que se dedicavam à compra e venda, ao loteamento, à incorporação de imóveis e das que preenchiam outros critérios mais específicos eventualmente definidos para a condição da Região do Grande ABC Paulista durante os trabalhos de campo da pesquisa (**filtro 7**).

#### **4.2 - A base de unidades produtivas para sorteio: a composição de cadastros**

Uma situação que sempre desperta preocupação em pesquisas que têm como público-alvo unidades produtivas refere-se à obtenção de uma base cadastral confiável, no sentido de contemplar, no mínimo, a identificação das atividades e o seu logradouro, ou uma outra forma de contato para abordagem do entrevistado. Particularmente para o estudo do setor informal, a preocupação é exacerbada em função da inserção, nesse setor, de unidades não registradas nos órgãos oficiais em qualquer das esferas de governo.

Assim, solucionar essa questão geralmente implica a construção de cadastros específicos atrelados ao interesse de cada levantamento. Particularmente na experiência implementada na Região do Grande ABC Paulista, a operacionalização do conceito de setor informal, consolidado pelos *filtros* fixados no processo de seleção da unidade produtiva de interesse, estimulou a construção de um cadastro tendo como fonte de dados secundários uma pesquisa domiciliar concebida com amostragem probabilística de domicílios.<sup>15</sup> Embora essa pesquisa não houvesse sido

---

15. A pesquisa utilizada é realizada semestralmente pelo Centro Universitário de São Caetano do Sul e é denominada Pesquisa Socioeconômica do ABC. Contempla, em cada levantamento, a seleção por amostragem probabilística de 700 domicílios da região. Os dados são coletados em entrevistas pessoais domiciliares, a partir de questio-

planejada para atendimento a esse fim, a partir de seu banco de dados foi possível a identificação dos domicílios que apresentavam unidades produtivas informais, em função da presença da variável categoria ocupacional (assalariado, conta-própria, empregador, etc.) da principal ocupação dos moradores no rol de variáveis investigadas. Assim, o tipo de ocupação foi utilizado para identificação de unidades econômicas informais, no conceito tornado operacional nessa experiência.

Mesmo reconhecendo que os indivíduos podem participar da economia informal, seja pelo seu trabalho principal, seja pelo secundário, a opção pela restrição da seleção de casos a partir da **principal ocupação** está vinculada ao objetivo desta pesquisa. Entendeu-se que as ações de fomento deveriam ser orientadas para as atividades principais das pessoas, pois dessa forma há maior probabilidade de ocorrência de melhor retorno econômico. Admitiu-se que a própria condição secundária de um trabalho informal retira-lhe potencial de resposta a ações de fomento econômico.

Considerando as opções feitas e preservando o sigilo da identidade dos moradores, foi possível formatar um cadastro (listagem) de domicílios que poderiam ser visitados para, *in loco*, identificar mais precisamente a unidade produtiva do setor informal gerada pela categoria de ocupação principal declarada no levantamento domiciliar utilizado como base de seleção dos casos.

A situação ilustrada torna aparente uma alternativa, entre outras possíveis, para a construção de cadastros, ou seja, buscar em levantamentos domiciliares disponíveis, conduzidos preferencialmente por processo de amostragem probabilístico, a base de consulta sobre a ocupação dos moradores e, nesse conjunto, selecionar os casos de interesse.

Evidentemente essa opção atende às situações cujo interesse está centrado na abordagem de indivíduos, representantes de unidades produtivas, residentes na área geográfica de abrangência do levantamento utilizado como fonte de dados. Além disso, o caráter domiciliar da base de dados utilizada exclui a chamada “população de rua” do universo da pesquisa.

Ainda, dentro de um quadro de exclusões, não faz parte do universo da pesquisa o conjunto de atividades ilegais, como narcotráfico, jogos não oficializados, entre outras, pois claramente não são objetos de fomento.

---

nário estruturado contemplando vários blocos de questionamentos: Composição da família e características demográficas dos moradores, Mercado de trabalho e renda, Propensão ao Consumo, Hábitos de leitura e de mídia, Outros (IMES, 2000).

### 4.3 - O número de casos e a operacionalização do seu sorteio

O dimensionamento da amostra de domicílios foi fixado no patamar máximo possível permitido pelos recursos financeiros destinados a esta pesquisa. Assim, foi fixada uma amostra de 200 domicílios, nos quais apenas uma unidade produtiva informal foi investigada, para cada domicílio, mesmo que mais ocorrências fossem constatadas na unidade domiciliar na base cadastral utilizada.

O conhecimento prévio sobre a composição do setor informal possibilitou desenhar a amostra segundo os dois grandes grupos de trabalhadores componentes do setor informal objeto desse estudo<sup>16</sup> (empregadores ou donos de negócio familiar e autônomos) e segundo o setor econômico de atuação das unidades produtivas deles integrantes. Assim, foram fixadas as proporções de casos nos respectivos recortes, ou seja, por grupos de trabalhadores e por setor econômico, para partilha da amostra.

**Quadro 2**  
Ilustração do recorte planejado para a partilha da amostra

Atuação nos setores	Em porcentagem	
	Empregadores ou donos de negócio familiar (25,0)	Autônomos (75,0)
Industrial	12,0	12,0
Comércio	42,0	21,0
Serviço	46,0	67,0

Sob essa orientação, procedeu-se à organização da base cadastral conforme descrição a seguir:

1<sup>o</sup>) Agrupamento de quatro bases cadastrais de domicílios relativas aos respectivos levantamentos da “Pesquisa Socioeconômica do ABC” ocorridos nos meses de março e setembro de 1999 e março e setembro de 2000.<sup>17</sup>

16. A disponibilidade de uma série histórica da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e Departamento Intersindical de Estatísticas e Análise de Dados (Dieese), para os biênios 1988-89, 1991-92, 1995-96 e 1998-99, permitiu dimensionar a estrutura do setor informal na Região do Grande ABC Paulista (ver Pamplona, 2000).

17. O uso de dados relativos a quatro levantamentos objetivou ampliar o número de unidades produtivas informais para seleção da amostra.

2<sup>o</sup>) Exclusão de eventuais casos de domicílios repetidos em dois ou mais levantamentos, optando-se pela permanência dos dados do levantamento mais recente.

3<sup>o</sup>) Identificação dos domicílios com a presença de unidades produtivas informais, segundo o conceito adotado neste estudo. Apenas para facilitar a identificação da base cadastral resultante, a denominaremos de *base cadastral "0"*.

4<sup>o</sup>) Segmentação da base cadastral "0" para os dois grandes grupos de trabalhadores informais alvos da pesquisa: empregadores/donos de negócio familiar e autônomos.

5<sup>o</sup>) Organização das unidades produtivas, da base cadastral "0" segmentada, segundo o setor econômico ao qual estava vinculado o trabalhador informal, gerando a *base cadastral "1"*.

6<sup>o</sup>) A partir da *base cadastral "1"*, foram agrupados os casos relativos ao mesmo grupo de trabalhadores, gerando a *base cadastral "2"*.

7<sup>o</sup>) Ordenação dos casos da *base cadastral "2"* segundo o município de residência do trabalhador informal, gerando a *base cadastral "3"*.

8<sup>o</sup>) Sorteio sistemático das unidades amostrais, constantes da *base cadastral "3"*, considerando o número de casos fixados em cada recorte.

#### 4.4 - O desenho do instrumento de coleta de dados

Um aspecto que marca claramente o desenvolvimento de um instrumento de coleta de dados para estudar o setor informal, em paralelo à orientação dada pelo objetivo geral do estudo, refere-se à sua aptidão para captar dados de um público com elevado grau de complexidade e heterogeneidade.

Dentro dessa complexidade insere-se o fato de que o setor informal, no Brasil, não parece ser uma anomalia que "seria automaticamente extinto quando se atingisse o *status* de país desenvolvido", conforme percebido na década de 70 (ver Theodoro, 2000). Consultas recentes, de natureza qualitativa, por nós conduzidas, evidenciam claramente que parcela desse setor apresenta forte convicção sobre a manutenção de sua condição informal mesmo diante de eventual possibilidade de inserção no mercado formal de trabalho. Assim, um conjunto de variáveis de ordem pessoal estaria *puxando* parte dos indivíduos para o setor informal. Nesse contexto, desven-



dar o setor informal pressupõe, entre outras ações, identificar essas variáveis e, num âmbito quantitativo, mensurar sua incidência como fator estimulante da criação das unidades produtivas.

Considerando que o próprio conceito de setor informal aqui adotado expressa a condição de proximidade entre capital e trabalho, uma vez que a figura do proprietário se confunde com o negócio, reforça-se, então, a complexidade de um instrumento de coleta que se proponha a coletar dados que **desvendem o setor informal**.

De um lado, o instrumento necessita contemplar uma gama de características associadas a grupos informais diferentes, prevendo detalhes de identificação e caracterização que permitirão tornar aparentes os grupos heterogêneos entre si. De outro, necessita contemplar especificidades dos integrantes de um mesmo grupo informal que, mesmo apresentando características homogêneas nas variáveis que definem o grupo, comportam-se de maneira aleatória diante de um mesmo estímulo, pois essa é uma característica inerente ao indivíduo e, conseqüentemente, está presente no comportamento das unidades produtivas. No setor informal não há uma linha divisória clara entre o capital e o trabalho, entre o indivíduo e o seu negócio.

Diante desse quadro, levanta-se a hipótese da correlação entre o desempenho da atividade informal e “a forma de ser do indivíduo” proprietário daquele negócio, ou seja, o sucesso do negócio estaria fortemente apoiado “na forma de ser” do proprietário da unidade econômica (autônomo ou empregado).

Entendendo-se “por forma de ser de um indivíduo” um conjunto de variáveis pessoais, construídas a partir de características de personalidade, da influência do ambiente social, da sua estrutura cognitiva, entre outros fatores, um instrumento de coleta, que se proponha a desvendar o setor informal, necessita prever a identificação das atitudes diante das situações relacionadas ao ambiente do negócio, ou seja, a sua forma de *ver o mundo*, particularmente os aspectos relacionados ao mundo econômico do setor informal. Nesse sentido, são fatores para investigação da atitude: propensão a risco (ou aversão a risco), variáveis vinculadas ao empreendedorismo, flexibilidade do trabalho, participação societária, variáveis características do futuro do negócio, educação e treinamento, e outros.

Assim, não é suficiente investigar o setor sob uma óptica estreita de identificação do comportamento de variáveis econômicas, ilustrativas da situação das unida-

des produtivas, mas, sim, ampliar o foco do instrumento, premiando variáveis de ordem pessoal e social que poderão, eventualmente, levar ao entendimento ou à explicação da situação apresentada pelas variáveis econômicas.

Ainda, com respeito à premissa de proximidade entre o indivíduo e o seu negócio, impõem-se graus de importância equivalentes para a descrição do perfil sociodemográfico dos seus integrantes e para o perfil econômico de suas atividades ou negócio. Constitui-se em hipótese a ser verificada a correlação entre o perfil sociodemográfico do trabalhador do setor informal e a condição de sucesso (ou insucesso) da atividade ou negócio informal. A intenção é verificar se sua idade, escolaridade, naturalidade, estado civil, posição na família, tempo de residência na região, classe de propensão ao consumo, ocupação anterior, inserção social, hábitos de leitura, entre outros, podem constituir-se em fatores de discriminação das situações de sucesso ou das de insucesso do empreendimento informal.

A geração desse conhecimento sobre o setor informal é importante subsídio para a **escolha de ações específicas de fomento econômico para grupos específicos de trabalhadores informais**, como forma de gerar maior probabilidade de eficácia da ação planejada.

Ainda, sob a óptica da definição de ações de fomento, integradas a políticas de desenvolvimento regional, é de fundamental importância gerar conhecimento detalhado sobre a cadeia de abastecimento do setor. Assim, variáveis relacionadas à identificação e caracterização de seu mercado fornecedor e de seu mercado consumidor necessitam figurar entre os focos de questionamento objetivando evidenciar os vínculos de relacionamento do setor informal com o próprio setor informal e deste com o setor formal.

Da mesma forma, e lembrando a premissa de forte vinculação entre o indivíduo (produtor) e a unidade produtiva, constitui-se em importante base de apoio para a definição de ações de fomento econômico o conhecimento sobre a percepção dos donos de negócios informais sobre as dificuldades e obstáculos para exercício da sua atividade (situações percebidas como impedimento para o seu aprimoramento ou obtenção de melhor resultado da atividade); e também sua percepção acerca do impacto (favorável ou desfavorável) causado sobre sua atividade decorrente da conjuntura econômica e sobre os seus planos futuros para o negócio.

Buscando sintetizar os focos de interesse no questionamento sobre o setor informal, particularmente quando o objetivo geral é explicitamente associado à gera-

ção de resultados para uso na definição de políticas, programas e ações de fomento, a seguir são identificados os blocos temáticos desenhados no instrumento de coleta de dados utilizado na experiência aqui tratada.

### Quadro 3

Blocos temáticos e grupos de variáveis integrantes do instrumento de coleta de dados (questionário)

Bloco temático	Grupo de variáveis ou variável
Padrão de habitação e consumo familiar do público alvo	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Condição de ocupação do imóvel</li> <li>▪ Nº de cômodos</li> <li>▪ Tipo de uso do imóvel</li> <li>▪ Posse de bens duráveis e uso de serviços selecionados pela família</li> <li>▪ Renda familiar</li> </ul>
Identificação do perfil sócio-demográfico do trabalhador informal à época da abertura do negócio	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Idade</li> <li>▪ Escolaridade</li> <li>▪ Classificação da ocupação econômica principal à época</li> <li>▪ Função/cargo exercido</li> <li>▪ Identificação de atividade secundária (se existente à época)</li> <li>▪ Setor econômico da atividade principal e da atividade secundária (se ocupado economicamente à época)</li> <li>▪ Percepção sobre o valor do rendimento mensal proveniente da ocupação principal</li> </ul>
Caracterização da abertura do negócio	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estímulos que motivaram a abertura da atividade ou negócio</li> <li>▪ Fonte de recursos utilizada</li> <li>▪ Identificação de redes de relacionamento que influenciaram o negócio</li> </ul>
Características básicas da atividade ou negócio informal	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Descrição detalhada da atividade ou negócio</li> <li>▪ Local de funcionamento</li> <li>▪ Periodicidade da ocorrência da atividade (contínua, sazonal ou eventual)</li> <li>▪ Carga horária de ocorrência da atividade (diária, semanal e mensal)</li> <li>▪ Tempo de funcionamento – ininterrupto</li> <li>▪ Número de pessoas ocupadas no negócio</li> </ul>

(continua)

**Quadro 3**  
 Blocos temáticos e grupos de variáveis integrantes do  
 instrumento de coleta de dados (questionário)

Bloco temático	Grupo de variáveis ou variável
Caracterização básica das pessoas ocupadas na atividade ou negócio (exclui proprietário/sócios)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Escolaridade</li> <li>▪ Sexo</li> <li>▪ Faixa etária do grupo de ocupados</li> <li>▪ Faixa salarial do grupo de ocupados</li> <li>▪ Faixa de tempo de permanência na unidade produtiva empregadora</li> </ul>
Quadro de atitudes frente a variáveis do ambiente da atividade ou negócio informal	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Propensão a risco</li> <li>▪ Variáveis vinculadas ao empreendedorismo</li> <li>▪ Flexibilidade do trabalho</li> <li>▪ Participação societária</li> <li>▪ Variáveis características do futuro do negócio</li> <li>▪ Educação e treinamento</li> <li>▪ Percepção sobre a ascensão social da família</li> </ul>
Percepção sobre o sucesso da atividade ou negócio	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Motivos percebidos como fonte de sucesso</li> <li>▪ Percepção sobre o sucesso da sua atividade ou negócio</li> <li>▪ Posição de prioridade dos investimentos: atividade/negócio x pessoal/familiar</li> </ul>
Padrão tecnológico da atividade ou negócio e previsão de investimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tipo de equipamentos utilizados</li> <li>▪ Acesso a Internet</li> <li>▪ Objeto do uso da Internet</li> <li>▪ Comportamento de inovação no último ano (ocorrência e motivos) e plano de inovação para os próximos 12 meses</li> <li>▪ Recebimento assistência técnica no último ano</li> <li>▪ Plano de investimentos realizado no último ano</li> <li>▪ Fonte de financiamento dos investimentos realizados</li> <li>▪ Plano de investimento para os próximos 12 meses</li> <li>▪ Fontes de financiamento para realização de investimento</li> </ul>
Características selecionadas da gestão da atividade ou negócio	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Receita</li> <li>▪ Despesa</li> <li>▪ Forma de contabilidade</li> <li>▪ Forma de determinação do preço de venda do produto e/ou serviço</li> <li>▪ Comportamento das vendas ou faturamento nos últimos 12 meses e perspectiva de comportamento para os próximos 12 meses</li> </ul>

(continua)

## Quadro 3

Blocos temáticos e grupos de variáveis integrantes do instrumento de coleta de dados (questionário)

Bloco temático	Grupo de variáveis ou variável
Características do abastecimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tipo de clientela</li> <li>▪ Setor de atividade dos clientes (exceto pessoa física)</li> <li>▪ Localização geográfica da clientela</li> <li>▪ Tipo/forma de acesso para formação da clientela</li> <li>▪ Localização de principal fornecedor de linhas de produtos selecionadas</li> </ul>
Dificuldades e expectativas de ações para o desempenho da atividade ou negócio	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Identificação de dificuldades ou obstáculo para o desempenho do negócio</li> <li>▪ Expectativa de ações para melhoria da atividade ou negócio</li> </ul>
Previsão de encaminhamento para a atividade ou negócio nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Situação prevista para a atividade ou negócio: manutenção ou expansão ou encerramento ou mudança de ramo de atividade</li> <li>▪ Setor econômico e classe de nova atividade prevista</li> </ul>
Nível de formalização legal da atividade ou negócio	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contribuição ao INSS</li> <li>▪ Presença de registros em órgãos da esfera municipal e/ou estadual e/ou federal</li> <li>▪ Associação a entidades de classe e/ou cooperativas</li> <li>▪ Pretensão de registro/associação junto a órgãos da esfera municipal e/ou estadual e/ou federal</li> </ul>
Percepção sobre a atividade ou negócio não registrado	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Motivos do não registro da atividade ou negócio</li> <li>▪ Dificuldades encontradas pela atividade ou negócio não registrado</li> </ul>
Hábitos de mídia	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Jornal</li> <li>▪ Revista Técnica e não-técnica</li> <li>▪ Rádio</li> <li>▪ Televisão</li> </ul>
Identificação do perfil socio-demográfico atual do trabalhador informal	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Idade</li> <li>▪ Escolaridade</li> <li>▪ Estado civil</li> <li>▪ Posição na família</li> <li>▪ Identificação do exercício de atividade secundária</li> <li>▪ Setor econômico da atividade secundária</li> <li>▪ Faixa de valor do rendimento mensal proveniente da ocupação principal</li> <li>▪ Alternância entre a situação de proprietário da atividade ou negócio e a de empregado no setor informal ou formal</li> <li>▪ Tempo de residência na Região</li> </ul>

## BIBLIOGRAFIA

- CACCIAMALI, M. C. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: IPE-USP, 1983.
- \_\_\_\_\_. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE, v. 19, n. especial, p. 25-48, 1989.
- \_\_\_\_\_. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J.M., GIAMBIAGI, F. (orgs.). *Distribuição de renda no Brasil*, São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- DE SOTO, H. *Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana*, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Economia informal urbana 1997 – ECINF 97*. 1999. (Endereço eletrônico: <http://www.ibge.gov.br>).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE); SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEBRAE). *Informalidade e Cidadania: empreendimentos informais no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1997.
- IMES (CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL). *Pesquisa Socioeconômica do ABC*, São Caetano do Sul: 2000.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). *Resolución sobre las estadísticas del empleo en el sector informal*, Ginebra, 1993, (La decimoquinta Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo).
- PAMPLONA, J. B. *Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil*. São Paulo: Germinal / FAPESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O setor informal na região do Grande ABC paulista*, Santo André: Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, 2000. (disponível no endereço eletrônico [www.agenciagabc.com.br](http://www.agenciagabc.com.br)).

SOUZA, P. R. *Emprego, salário e pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. Emprego e renda na “pequena produção” urbana no Brasil. *Estudos Econômicos*, v. 11, n. 1, p. 57-82, mar. 1981.

THEODORO, M. *Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2000. (Texto para discussão nº 762).

TOKMAN, V. E. El sector informal: quince años después. *El trimestre Económico*, n. 215, p. 513- 536, julio-septiembre, 1987.

YAMADA, G. Urban informal employment and self-employment in developing countries: theory and evidence. *Economic Development and Cultural Change*, v.44, n.2, p. 289- 314, January, 1996.